

Projeto de Ata da Assembleia Geral Ordinária de 2 de Abril de 2016

No dia dois de Abril de dois mil e dezasseis, pelas 10 horas, sendo a hora fixada em 1ª convocatória, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral (doravante designado PMAG), Manuel Almeida dos Santos, tendo constatado a inexistência de quórum, decidiu que se aguardasse 30 minutos para, então, poder abrir a sessão com qualquer número de presenças, nos termos regulamentares.

Às 10h30 foi pelo PMAG aberta, em 2ª convocatória, a sessão, verificando-se a presença dos membros constantes da lista de presenças anexa à presente ata.

Os trabalhos foram integralmente acompanhados pelo Tesoureiro da Direção Internacional, Jacco Smit.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral dirigiu um apelo aos membros presentes para que tivessem em consideração que nos encontrávamos todos a prestar serviço voluntário à comunidade, devendo, por isso, dar exemplo de cordialidade e espírito democrático nas (e quanto às) intervenções de cada um.

Agradeceu a presença de Jacco Smit, e pediu-lhe para ser portador dos nossos cumprimentos e fraternas saudações aos Membros integrantes do Secretariado Internacional e da Direção Internacional.

O Secretário da Mesa da Assembleia Geral, Manuel Ferreira, não esteve presente nesta primeira parte da sessão, por impedimento de natureza pessoal.

Por não haver oposição, por nenhuns dos membros presentes, auscultados para o efeito, para que a sessão fosse gravada, foi decidido pela Mesa que a mesma seria gravada.

Acordou-se que os trabalhos seriam interrompidos das 13 às 15 horas para almoço, bem como a existência de interrupção para coffe-break.

A Mesa estava constituída pelo PMAG e pelo Vice-Presidente, Angelo Campelo.

Os trabalhos foram iniciados pela votação e aprovação da respectiva Ordem de Trabalhos, que fica em anexo à presente acta, e da qual fica a fazer parte integrante, na qual foram aditados, como previsto, o Fundo de Apoio às Estruturas (que passa a ser o nº 4) e no ponto 3, o Plano Estratégico para 2016.

Posta à votação a Ordem de Trabalhos aditada, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Passou-se à discussão do ponto 2 da Ordem de Trabalhos, precedida pela apresentação dos documentos respectivos pela Presidente da Direção, Susana Gaspar.

Usou da palavra Susana Gaspar para apresentar o relatório, após o que usaram da palavra: o Daniel Oliveira, Coordenador de Activismo das Estruturas; e o Tesoureiro, Faria de Castro.

No uso da palavra o Daniel referiu-se às estruturas actualmente existentes e ao facto de algumas não estarem enquadradas na Secção, por impedimentos de ordem estatutária, pelo que se torna necessária uma definição regulamentar, que se espera possa ser feita no âmbito da revisão em curso dos Estatutos. Referiu que ainda há potencial de crescimento do número de estruturas, mas que deveremos decidir se queremos continuar a crescer ou se preferimos privilegiar a qualidade do trabalho realizado com e pelas que já existem ou se considera que devam existir.

Que no ano de 2015 foram criadas seis novas estruturas, o que, sendo interessante, não obsta a que continuem a existir algumas falhas em termos de cobertura territorial evidenciadas no mapa que aparece na versão resumida do Relatório de Actividades. Que no mesmo período foi possível criar 4 núcleos locais, em Braga, Covilhã, Elvas (todos no interior do país) e também no

Funchal, tendo o de Braga demonstrado uma surpreendente e extraordinária actividade. Também foi criado um novo Grupo de Estudantes na Universidade Nova de Lisboa e também outro no Colégio Moderno. Que se nota uma maior autonomia das estruturas no trabalho que desenvolvem, quer no plano financeiro, quer nos planos de planeamento e de organização das suas actividades. Que há experiências extraordinárias a serem realizadas, como é o caso do Grupo de Chaves, que aproveita a proximidade geográfica com a Galiza para trabalho conjunto de ambos os lados da fronteira. Que agora temos de olhar também para este ano, e pensar o que vamos fazer. O Plano Operacional aponta os caminhos a seguir, exprimindo a opinião de que é necessário continuar a crescer de forma mais intensa, pegando nestas estruturas que se encontram à frente do ponto de vista do trabalho (Chaves, Braga, Coimbra, Viseu, Estremoz, ... – pedindo desculpa se alguma tiver sido esquecida) e tentar aproximar destas o trabalho das demais. Que se torna necessário um maior contacto entre as estruturas e a Secção, quer com a Direcção, quer com a sede. Que tem de haver maior nível de cumprimento na entrega dos relatórios, mas, que também aí tem havido bastantes melhorias. Que uma das coisas que o Plano Operacional para este ano prevê é precisamente o contacto e o maior conhecimento da realidade das estruturas para poder “acudir-lhes” nalguma dificuldade que possa momentaneamente surgir.

Em complemento, e a concluir, referiu ainda a reactivação de estruturas, exemplificando com o Grupo de Leiria.

Dada a palavra ao Tesoureiro, Faria de Castro, no uso dela disse que as contas de 2015 já tinham sido divulgadas com alguma antecedência, pelo que se limitaria a fazer um breve resumo, após o que se colocaria à disposição dos membros da Assembleia que lhe quisessem pôr alguma questão. Esclareceu que os resultados apurados em 2015 comparados com as previsões orçamentais revelavam um desvio positivo razoável de cerca de 24 mil euros, facto que se deveu, essencialmente, a um acréscimo nas receitas resultante de quotas e donativos para além do que se tinha previsto. E que o resultado seria ainda melhor se as contas tivessem sido encerradas, não há cerca de um mês, como foram, mas no dia anterior; isto devido à boa surpresa advinda das receitas provenientes da consignação do IRS, que tinham ultrapassado tudo o que era estimável. Concretizou, dizendo que tinha sido creditado no dia anterior a receita de 131.000 euros, quando estava previsto receber apenas 67.500 euros, verificando-se um diferencial, que vai beneficiar o exercício de 2016.

Acrescentou que, quanto ao Orçamento de 2016, o que se espera é um resultado negativo, porque a Secção vai envolver-se, com alguma força, no plano de crescimento.

Findas estas declarações, o PMAG deu a oportunidade ao Conselho Fiscal de Responsabilização e Controlo para dar a conhecer à Assembleia o seu parecer, dando, para esse efeito, a palavra ao seu Presidente, Paulo Corte-Real, que procedeu à leitura das conclusões do referido documento consensualizadas, segundo disse, entre os respectivos membros.

Em relação ao Relatório de Actividades de 2015, assinalou a diversidade de actividades conduzidas pela Equipa, Secção e Estruturas da AI Portuguesa e o seu impacto significativo na prossecução dos direitos humanos, no plano Internacional e também em Portugal, que, em paralelo com o esforço de crescimento e fidelização, terá contribuído para o aumento substancial do número de apoiantes, contrariando, aliás, as anteriores tendências, tudo num ano exigente em função da renovação de alguns órgãos sociais e do inerente e necessário processo de aprendizagem. Para além da renovação de funções-chave na Equipa, incluindo a Directora Executiva, este Relatório é a prova de facto da maturidade, da organização e do

contributo fundamental de todas as pessoas que fazem o trabalho da AI Portugal. Terminou com a recomendação de que o Relatório seja aprovado.

No tocante às Contas do ano de 2015, elogiou a Direcção e a Equipa pelas contas apresentadas, não só pelo rigor da documentação apresentada, mas também pela execução orçamental, que permitiu atingir o resultado líquido positivo de 26.215,87€, acrescentando que este resultado é relevante também para fazer face ao investimento previsto no âmbito do plano de crescimento, pelo que propôs a sua aprovação.

Após esta intervenção, o PMAG declarou abertas as inscrições para uso da palavra sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

Inscreveu-se, para uma intervenção, Pedro Pedrosa que, no uso da palavra, apresentou uma proposta de aditamento ao Relatório de Actividades, a fim de nele ser integrado um parágrafo relativo ao co-Grupo sobre os Direitos das Crianças (Anexo 1). Trata-se de matéria já versada no Conselho Geral, e que terá sido omitida no Relatório de Actividades por o co-Grupo não ter enviado oportunamente o seu próprio relatório. E passou a ler a proposta cujo teor é o seguinte: *“O co-Grupo manteve a sua actividade de defesa dos Direitos das Crianças ao longo de 2015, escreveu duas cartas para os grupos parlamentares e órgãos de soberania sobre a participação de crianças em espectáculos tauromáquicos, e uma outra carta sobre aspectos a ter em consideração na adopção de crianças. Deu continuidade à campanha europeia sobre a Abolição de Castigos Corporais e comemorou o 26º aniversário da Convenção dos Direitos das Crianças no Planetário, onde foram dados a conhecer a milhares de crianças os seus direitos. Resta dizer que colaborou ainda com o Projecto das Escolas Amigas dos Direitos Humanos e ajudou a analisar as violações dos direitos fundamentais das crianças que constavam dos Regulamentos Escolares de 2 escolas do Norte do País.”*

Ainda no concernente ao Relatório de Actividades, reconhecendo, embora que contém alguns aspectos positivos, exprimiu a opinião de que nele se deveria frisar, explicar um bocadinho mais, a participação da Secção Portuguesa no Mecanismo Nacional de Prevenção contra a tortura, tema já objecto de bastante discussão, nomeadamente em Conselhos Gerais. Que está resumido apenas a um parágrafo no Relatório, o que é bastante redutor, o mesmo se passando com o ICM, que vem referido num simples parágrafo inicial. A este propósito, não se consegue perceber se este parágrafo inicial é um texto da Presidente da Direcção, e se é só um preâmbulo ou se corresponde ao início do Relatório. Que estes temas deveriam ter adequado detalhe e desenvolvimento no corpo do Relatório.

Seguiu-se Vitor Nogueira, que, depois de se identificar invocando a sua qualidade de Presidente da Direcção anterior, declarou que este Relatório tem aspectos bons e aspectos que merecem alguma atenção, algum cuidado e alguma reflexão. Que o Relatório tem duas partes distintas e, quem o lê, dificilmente percebe as diferenças. Que a parte relativa à actividade da Direcção é pouco clara, por não indicar quais foram as suas actividades concretas, isto é, que tipo de contribuição e de intervenção teve em particular. Tem alguns aspectos que são relevantes este ano.

Ana Isabel, do Grupo de juristas, disse, no uso da palavra, que a Direcção deve assumir uma atitude de respeito pelos membros, e não rir-se no decurso das intervenções com que não concorde.

Albano Pires, do co-Grupo da China, tomou a palavra para, em comentário à referência feita no documento às actividades desenvolvidas, incluindo uma proposta de elaboração de um manual, perguntar para quando, na hipótese da sua aprovação, a sua publicação e a forma

desta. E prosseguiu congratulando-se com a transparência, competência, honestidade e vontade, e, bem assim, com a qualidade dos trabalhos demonstrados pela Direcção nestes documentos e em toda a sua actividade

Brigite Gonçalves, do Grupo de Chaves, agradeceu à Direcção e deu-lhe os parabéns pela disponibilização dos documentos e pela sua elaboração, discordando de algumas críticas anteriormente feitas, e reputando-os bem feitos, bem pensados e completos. Congratulou-se com as referências feitas nos documentos ao grupo de que orgulhosamente faz parte, que é o 36 de Chaves.

Disse querer acompanhar algumas intervenções que já foram feitas relativamente à atitude, aos sorrisos, às desconfianças, quando alguma coisa é questionada, ou quando o tema é: eleições, sucessão da Direcção e a questão da Directora Executiva. Acrescentou que trabalhou já com a anterior Direcção desde meados de 2013, passando a integrar o Grupo de Chaves em finais do mesmo ano; e tem trabalhado com esta, havendo coisas que funcionam bem e outras que podiam funcionar melhor, mas não interessa discutir isso aqui. Mas há um assunto que, sistematicamente, em diferentes tipos de reuniões, seja em Conselhos Gerais, seja em Assembleias, suscita algum incómodo. Esclarecendo a este respeito que não tem “lados” a que esteja afectada, mas que a actual Direcção, quando alguém faz uma pergunta ou tece uma crítica, reage assim: “É pá, esta deve estar ali com o Vitor Nogueira ou vem do outro lado, ou está afectada a não sei o quê”. Acrescentando que, no seu entendimento, não há aqui equipas de futebol. Que, portanto, quando coloca algumas questões ou insiste num determinado assunto é porque, para si, o assunto ainda não está devidamente esclarecido. E isto passa-se com a questão da Directora Executiva. A este propósito disse não conseguir compreender que numa instituição como a nossa, possam dizer-se umas coisas “à boca pequena”, mas que não podem dizer-se “à boca grande”, possam fazer-se constar umas coisas nos documentos, quando, afinal, o que efectivamente se passou não foi o que deles se fez constar, mas coisa diferente, e possa haver igualmente quem a título particular conheça melhor os contornos da situação do que em termos gerais nós aqui conhecemos. Parece que no último Conselho Geral em Leiria – onde eu não pude estar, mas estive a Paula Dias do Grupo de Chaves – já alguma coisa foi dita, já mais alguma coisa foi avançada, mas, sinceramente, de uma vez por todas, vamos lá esclarecer isto, porque eu continuo sem perceber, quer na substância, quer na forma, quer juridicamente, qual foi a razão de ter surgido um problema com a Teresa Pina, e qual foi a razão de a solução encontrada ter sido a que foi – e peço desculpa se estou a melindrar alguém. E concluiu afirmando: “Eu não tenho lados; não tenho equipas”.

Paulo Corte-Real, respondeu ao Vitor Nogueira enquanto membro do Conselho Fiscal, tendo em vista, segundo disse, tranquilizá-lo quanto à questão da responsabilidade, esclarecendo que foram de facto feitos pareceres relativamente aos documentos em discussão, e, para além disso, os membros daquele órgão fiscalizador acompanharam sistematicamente com proximidade as actividades da Direcção, incluindo a questão da Directora Executiva em que, também, esta questão foi acompanhada com proximidade e preocupação. Que a Directora Executiva teve um bom papel, que evidentemente contribuiu para o sucesso observado em várias áreas, mas que, de facto, tinha também vários conflitos associados, e a solução encontrada foi uma solução por mútuo acordo, portanto a solução possível, e, enfim, suportada, também, por pareceres jurídicos.

Seguidamente, Paulo Corte-Real usou da palavra, apenas na qualidade de associado para, nas suas próprias palavras, “fazer aqui uma chamada de atenção, pessoal, enquanto membro,

enquanto homem *gay*, enquanto pai”. Isto porque um dos documentos que o co-Grupo dos Direitos das Crianças enviou aos grupos parlamentares tinha a ver com a adopção e co-adopção por casais do mesmo sexo. Disse que a AI Portugal tem tido posições muito sólidas a este nível, não só em termos nacionais, mas também internacionais, sendo esse um dos sucessos que vale a pena celebrar no que se refere ao trabalho efectuado no ano anterior. Que o respeito pelos direitos humanos significa respeito pelas pessoas, nomeadamente pelas pessoas que são lésbicas ou *gays* que têm filhos e filhas, sendo muito importante que haja aqui uma clarificação desta questão e do impacto negativo que ela tem em pessoas concretas. Que a posição defendida pelo co-Grupo das Crianças era veladamente uma posição contrária à adopção por casais do mesmo sexo, semelhante às de quem se opôs, questão que conhece bem. E concluiu frisando o seu repúdio face a essa posição, e obviamente a necessidade de no futuro garantir que ninguém se possa sentir excluído da AI Portugal em função deste tipo de posições que são, pessoalmente, agressivas.

Respondeu o Pedro Pedrosa, afirmando que o co-Grupo em nada tinha violado os direitos humanos, tanto mais que, na carta enviada, era dito o mesmo que foi dito por um dos membros do Comité dos Direitos das Crianças. Aliás, a Direcção questionou o co-Grupo acerca dessa carta, tendo-lhe sido respondido que não fora violado nenhum dos normativos internacionais dos direitos humanos ou qualquer outro normativo. Nós, o co-Grupo, respondemos à Direcção por e-mail explicando tudo, fazendo notar que a nossa posição não é a favor nem contra, tendo-se esta (a Direcção) limitado a enumerar uma série de artigos que estaríamos a violar na nossa carta, o que é totalmente mentira. A nossa posição é a favor das crianças, sempre. E a posição expressa na nossa carta nem sequer é a respeito da adopção de crianças por casais homossexuais; é sobre a a adopção no geral, tanto para casais homossexuais como para famílias apenas de um pai ou de uma mãe. O desafio que disse deixar ali é o de que peguem na nossa carta, e indiquem-nos os artigos, e fundamentem devidamente onde é que estamos a violar os direitos humanos, sejam eles de quem for. Os aspectos que nós referimos na nossa carta são muito simples: a criança tem que ser sempre ouvida. A lei portuguesa neste caso, da adopção, diz que a criança só tem de ser ouvida quando maior de 12 anos, o que está errado. A criança tem de ser ouvida sempre: é o que diz a Convenção dos Direitos da Criança. Este foi um dos pontos; o outro ponto a que nos referimos – o superior interesse da criança – tem de ser sempre fundamentado. Não basta dizer: “consideramos sempre o superior interesse das crianças”.

Mariana Violante tomou a palavra referindo, entre o mais, que o superior interesse da criança é o princípio fulcral da adopção; é um ponto assente. Mas, quando se está a falar de uma lei da adopção, o superior interesse da criança está implícito. Portanto, aquilo que eu, pessoalmente, ponho em causa, é que vocês sentiram necessidade de que era importante falar do superior interesse da criança, quando o trabalho que era preciso fazer era outro completamente diferente. Posso concordar contigo em que as leis da adopção hoje em dia tenham falhas em relação ao superior interesse da criança. Eu também não gostei da posição do co-Grupo porque achei que podia ter uma interpretação muito negativa em relação àquilo que nós queremos fazer à discriminação. E queria deixar isso claro.

De acordo com o planeamento prévio da sessão, fez-se um intervalo para café às 11h45. Retomados os trabalhos às 12h00, o PMAG fez o ponto da situação dos assuntos discutidos e apelou aos intervenientes no sentido de fazerem um esforço de síntese nas suas intervenções. E continuou dizendo ser, em sua opinião, tempo de clarificarmos a questão atinente à

revogação do contrato de Directora Executiva e seguir um caminho claro relativamente a este processo de revogação do respectivo contrato de trabalho. Apesar de já ter havido um Conselho Geral depois do processo e diversos contactos e troca de correspondência, continuase a constatar em variadas pessoas sentimentos de insatisfação perante a pouca informação prestada – sentimentos de alguma reprovação pelo processo seguido. Eu próprio e outros membros da Mesa fizemos chegar uma carta à Direcção manifestando também as nossas interrogações pelo processo seguido, posição que continuamos ainda a manter. E também já no Conselho Geral expressámos a nossa relutância relativamente ao processo em causa. Eu penso que a AI tem de estar acima de qualquer suspeita; tem de ser uma entidade que dê o exemplo de não suspeição, de clareza em todos os seus processos. E, neste contexto, interpelou a Direcção sobre se encararia a possibilidade de suspender o processo em curso de contratação da nova(o) Director(a) Executiva enquanto não se clarificar legalmente todo este processo, para que não se corra o risco de virmos a ser envolvidos numa situação de gravidade enorme, não só para a Secção Portuguesa, mas também para o Movimento Internacional. Sugeri que se deixasse de pé esta possibilidade de suspensão do processo de contratação até se clarificar completamente a sua legalidade junto do Secretariado Internacional e das entidades oficiais portuguesas com competência para zelar pelo cumprimento da legalidade, nomeadamente o Ministério do Trabalho, (Autoridade para as Condições do Trabalho). Nesse sentido, iria pedir aos membros que viessem a usar da palavra que tentassem focar-se nas questões essenciais.

Paulo Corte-Real usou da palavra reafirmando, no essencial, os pontos de vista já anteriormente expressos.

Pedro Pedrosa respondeu ao Paulo e à Mariana, manifestando o seu acordo com as declarações de ambos, mas chamando a atenção para o ponto da carta do co-Grupo das Crianças contido na primeira frase com o teor: “A adopção de crianças coloca primordialmente as crianças no centro da discussão”. O que significa que são as crianças que têm o direito a serem adoptadas e não os adultos que têm o direito de adoptarem. E manifestou-se totalmente a favor de que se acabe com a discriminação, sempre tendo sido essa, e assim será no futuro, a posição do co-Grupo dos Direitos das Crianças, que também defende a igualdade no acesso à adopção. E acrescentou que nunca deveremos esquecer-nos de que as crianças têm mais direitos humanos que os adultos. Isso é que era importante realçar aqui.

Por sua vez, e a propósito da Directora Executiva, declarou ser também da opinião que se trata de um assunto já há muito tempo na ordem do dia, e que, apesar de os membros estarem constantemente a receber informações novas, deverá fazer-se o ponto da situação e tentar ver em que pé é que estamos. Se existe extinção do posto de trabalho da Directora Executiva, como é que vamos resolver? A questão é que é um assunto em que existe muita discordância entre os membros, pelo que temos de fazer o ponto da situação e caminhar juntos a partir daqui. Independentemente de termos cometido ou não algum ilícito, o que é importante é pôr uma pedra sobre o assunto e caminhar juntos. Extinguiu-se ou não se extinguiu o posto de trabalho? É uma questão que não sabemos, mas existe, como disse o Presidente, a Autoridade para as Condições de Trabalho que poderá avaliar essa parte.

Vitor Nogueira disse que queria concordar com a Mariana e com o Paulo em matéria de adopção, e que há dois anos na Assembleia Geral do Porto, a Direcção ao tempo foi fortemente atacada por ter tomado uma posição favorável à adopção, com base num jogo de palavras usado também pelo Presidente, Cavaco Silva para vetar a lei no primeiro momento.

Disse também que a Direcção algumas vezes tem de andar contra a corrente e que os membros podem pronuncia-se, mas não podem dirigir-se às entidades do Estado directamente, porque são uma estrutura intermédia. Que só a Direcção pode dirigir-se aos órgãos do Estado, mas as pessoas em nome de um certo basismo acharam que um Grupo tem capacidade de o fazer, do que eu discordo completamente. Em relação à questão da Directora Executiva disse que a Amnistia faz parte da organização de organizações Intergovernamentais que exige os bons e mais elevados padrões de respeito pelos direitos humanos em matéria laboral, imperativo que lhe é imposto também pelos “*core-standards*”. Nós não somos uns “trambiqueiros” que andamos aqui a tentar encontrar “furos” legais; isso não faz sentido. É por essa razão que nós alteramos o regime de trabalho das pessoas recrutadas para o “*face-to-face*”, que, apesar da sua subordinação laboral, eram remuneradas “a recibos verdes”. E, conquanto houvesse pareceres jurídicos que defendiam a legalidade do procedimento seguido, nós acabámos por alterar a situação, daí resultando um acréscimo de despesa significativo, porque somos uma organização respeitadora dos direitos humanos. Nós temos que ser absolutamente rígidos, duros, nesta matéria. A Amnistia, em matéria de recursos humanos, tem de ser rigorosa. Aqui, na Secção, temos muitos maus hábitos nesta matéria: entradas pela “porta do cavalo”, processos de contratação que não respeitam integralmente as regras legais e da transparência, nem o rigor técnico em matéria de avaliação e de recrutamento. E é indispensável fazê-lo: nós temos de ser um modelo nesta matéria. E, portanto, neste assunto, eu, francamente, tenho muitas dúvidas sobre este processo, porque é necessário que exista um Director Executivo. Nós não podemos ter um Director Executivo que: não seja respeitado nas suas funções, tenha as funções ultrapassadas, seja marginalizado, seja excluído, etc. Isso não pode ser. Não é admissível de todo numa organização dos direitos humanos. A Autoridade para as Condições do Trabalho deve ser ouvida, mas podemos fazer uma “esperteza”, que é designar o cargo por Secretário-Geral em vez de Director Executivo, mas, depois, o perfil profissional qual é? Quais são as funções do Director Executivo? Corresponde isto ou não à distinção entre o trabalho de gestão e o trabalho político e de estratégia? Isto é uma matéria muito rigorosa. Evidentemente que, se a Direcção disse no Conselho Geral que não é obrigada a mostrar coisas, que há coisas que se não podem dizer, etc., isso contraria totalmente a cultura organizacional da Amnistia e os princípios, regras e valores dos “*core-standards*” e da Amnistia. Mais referiu que nós trabalhámos três anos com a Directora Executiva, sem que nunca tivéssemos tido qualquer problema com ela, porque ela desempenhava bem as suas funções. A Directora tinha das suas funções entendimentos diferentes dos da actual Direcção; daí os conflitos surgidos, que conviria a Direcção explicar. Mas o problema da Teresa está resolvido, não tem volta a dar, está feito, e é necessário um novo Director Executivo. Espera-se que o processo de contratação seja rigoroso, com critérios claros, e que os processos de operacionalização sejam “à prova de bala”, etc.. E seria bom que a Direcção fosse um bocadinho transparente nestas matérias, porque isto diz respeito a todos. Seguiu-se no uso da palavra Ana Isabel que disse: temos de admitir que houve um erro, e que temos de o esclarecer. Temos de ter humildade e dizer: errámos, pronto!... Errámos e deveríamos ter feito uma auscultação transparente, logo quando surgiu essa necessidade de fazer cessar a relação de trabalho com a Directora Executiva. Deverá também a Direcção esclarecer como é que é possível dizerem que ela saiu por mútuo acordo, mas o processo de saída traduziu-se formalmente na extinção do posto de trabalho. Isto não faz qualquer sentido. Extinção do posto de trabalho é quando uma entidade empregadora decide extinguir aquele

posto de trabalho por sua iniciativa, e não por mútuo acordo com o trabalhador. Existe todo um processo que está descrito na lei, e, por isso, tratando-se de uma pessoa colectiva, tem tudo que ficar registado num *dossier* dos recursos humanos.

Num terceiro ponto, quero dizer que, quando nós dizemos isto, não estamos a dizer que a Direcção errou por má fé; não é isso: toda a gente pode errar. Sabemos que não houve má fé nenhuma; houve desconhecimento. Mas também já agora chamo à colação um velho brocardo jurídico: “O desconhecimento da lei não aproveita a ninguém”. Portanto, não nos pode aproveitar a nós, Amnistia, nem à Direcção, nem à própria pessoa envolvida neste processo. Também há que esclarecer isso. Que tipo de aproveitamento houve dessa dita pessoa, não sei, em utilizar esse expediente. Tudo isso são dúvidas que temos, e acho que isso tem de ser esclarecido.

Susana Gaspar respondeu à Ana Isabel dizendo que não desrespeita ninguém nesta sala: que respeita o Vitor, como também qualquer pessoa aqui presente. E, se é transparente nas reacções, só lamenta pessoalmente ser assim, mas não é propositado nem para ser desrespeitosa; e, em relação a isso, obviamente já perdera, entretanto, o seu sorriso. E continua: Com tudo isto, é normal, mas não estou aqui a provocar; muito pelo contrário, estou a ouvir com muita atenção e a tirar todas as notas. Irei prestar todos os esclarecimentos em nome da Direcção, naturalmente. Aqueles a quem não conseguir esclarecer aqui dentro da Assembleia, até porque temos uma ordem de trabalhos, como o Presidente já mencionou, terei todo o gosto numa reunião pós-As. Geral, de me sentar à mesa com quem estiver disponível para o fazer, para ouvir mais esclarecimentos adicionais, do que aqui for desejável. Acho que temos aqui todas boas relações independentemente do que possamos dizer em sede de As. Geral. São relações de respeito mútuo que devem ser mantidas. Eu defendo isso com “unhas e dentes”. Portanto agradeço que tenhas isso em conta. Agora em relação ao que foi dito, e tentando ser o mais possível breve e esclarecedora: Quanto ao Pedro Pedrosa, a proposta apresentada em nome do co-Grupo será uma coisa a ser aprovada pela Assembleia Geral. Em relação ao Mecanismo e ao ICM, o Vitor também falou um bocadinho nisso, trata-se de matéria do Relatório de Actividades de natureza sobretudo operacional. E a Direcção de operacional tem muito pouco; tem sobre a estratégia. E, porque não foi esta Direcção que definiu os objectivos estratégicos para os últimos 3 anos, o que nós nos limitamos a fazer foi um ponto de situação relativamente ao ano que passou (que está a fazer um ano agora que fomos eleitos). Acho que a introdução é um resumo: não é um preâmbulo; é uma introdução, sendo que não tem título de introdução. Nós demos o título “Um Mundo do Activismo, um mundo de mudança, um mundo diferente nos direitos humanos”. A Direcção deve-se afastar das questões operacionais e fazer a supervisão, que é o que tem vindo a ser feito. Estamos em níveis diferentes. Relativamente ao Mecanismo só participamos numa reunião; e, dessa reunião saiu a noção do que já foi entretanto discutido em vários Conselhos Gerais. Nós já iniciámos as perguntas ao Provedor também sobre a questão das visitas, porque também estamos a ouvir as vossas dúvidas. E mais uma vez repito: no dia em que não recebermos respostas, no dia em que sentir que não nos está a ser dado o seguimento que deveria ser dado a estas questões, nós saímos – abandonamos o Mecanismo. No tocante ao ICM, já foi publicado na última revista um artigo sobre o ICM/2105. Houve um Conselho Geral em Coimbra onde também se fez um apanhado sobre o ICM. E, dirigindo-se ao Vitor, disse que o Relatório está disponível e iria encaminhá-lo daí a pouco via e-mail. O relatório contém uma das reuniões de trabalho em que se participou, que discutiu “à porta fechada”, isto é, com

grande confidencialidade, as questões sobre “Os Direitos Humanos dos Trabalhadores do Sexo”.

Em relação às questões do Vitor, disse que a Direcção não fez nenhuma rutura com o que estava para trás, tendo dado continuidade a parcerias que vinham de direcções anteriores, e considerou que ele tinha sido muito ingrato, até porque chegou a receber um “*action plan*” com prazos que acabavam em Abril ou Fevereiro de 2015 e alguns até final de 2014, prazos que a Direcção anterior não cumpriu, nomeadamente umas dez tarefas, incluindo uns quantos regulamentos que era necessário elaborar, como é o caso da política de recursos humanos e que a própria Teresa não concluiu. E o exemplo de que não estavam ali a “lavar roupa suja” é que não iam escrever num relatório que a anterior Direcção não deixou o “*action plan*” cumprido.

E, prosseguindo: Não descobrimos a pólvora, mas estamos a dar continuidade por via das novas abordagens, que aqui aparecem abstractas, mas que são concretizáveis e até bastante materiais. Não estamos aqui isentos de erros e isentos de culpas; não é disso que se trata. Esta Direcção não se pode isentar de responsabilidades. Mas agora há um futuro que queremos que seja melhor. E todas as críticas são boas, são bem aceites e devemos realmente escutá-las e com atenção. Eu faço-o e todos os meus companheiros da Direcção também o fazem. Quanto ao trabalho de gestão dos estatutos, que de algum modo foram mal dirigidos, não fomos nós que apresentámos uma proposta de Estatutos numa última Assembleia Geral Ordinária sem discussão prévia; não fomos nós que o fizemos; e, de repente, existia uma proposta de Estatutos que a Direcção teve que estudar, porque existiam outras propostas na mesa que surgiram posteriormente a essa. E o que esta Direcção fez foi juntar todas as propostas num documento, a que a Joana se dedicou a fundo, que foi discutido no Conselho Geral de Sintra. Acredito que devemos desanuviar mal-entendidos, se bem que a Direcção quando chegou deparou-se com uma sede com pessoas desmotivadas, sim, e se essas pessoas quiserem falar que falem por si próprias. Eu não vou estar aqui a falar com medo de ninguém. A própria Teresa estava desmotivada também, e não era só connosco. Também o poderei mencionar, e nós tentamos por diferentes vias e maneiras de conciliação solucionar, mas não foi possível. Mas a Teresa quis sair, apesar de a Joana lhe ter pedido a sua colaboração na elaboração dos Estatutos. Em relação ao esclarecimento, não foi o Director Executivo que foi extinto; esse cargo não existia na Secção. Nós tínhamos era um contrato de trabalho de Directora Administrativa e Financeira. A extinção do posto de trabalho aconteceu com essa janela, porque estava criada e porque havia uma negociação entre advogados em que se tentou avaliar as diferentes soluções, e tendo em conta a pressão que foi exercida também. Acho que se a Secção tivesse de passar por um processo disciplinar, recursos e queixas nos tribunais, ainda hoje não teríamos a situação resolvida, para além do que isso seria mais danoso para a imagem da Secção Portuguesa do que estes casos de que podemos falar. Sim, há visões diferentes e entendo a postura do grupo jurídico, mas esta também era possível e foi possível, pois está prevista na lei. E temos um parecer jurídico que, por acaso, já poderia ter partilhado convosco. Em relação ao processo de recrutamento em curso do Director Executivo está a ser acompanhado pelo Secretariado, temos, aliás, um júri internacional, são 6 pessoas no painel do júri. A descrição de funções é a que é reconhecida internacionalmente, que é o que um Director Executivo deve fazer. Na “*job description*” referente ao concurso de recrutamento não está nada contra os “*core-standards*”, e também não vai contra o que estamos a prever internamente na vida organizativa da Associação: temos um Director para

operacionalizar as questões estratégicas, para gerir os escritórios, gerir a equipa executiva, etc....

A concluir a sua extensa intervenção, disse: “Creio ter respondido a tudo; se não respondi, não foi por mal. Estou a tentar olhar para tudo e agradecer a todos os contributos e todas as críticas e todos os vossos comentários que são, naturalmente, muito importantes para a vida organizativa da Secção, independentemente de estarmos ou não de acordo.”

Angelo Campelo, tomou a palavra começando por reconhecer a disponibilidade manifestada pela Susana Gaspar, o seu compromisso de transparência e de colaboração e aceitação das posições – mesmo que sejam críticas – da parte dos membros da Secção. Prosseguiu dizendo que os órgãos sociais são representantes de todo o colectivo, ao qual têm de prestar contas, por muito que lhes desagrade fazê-lo. Pelo que, esta atitude (expressa pela Susana Gaspar) é uma atitude que se lhe exige, tal como aos demais titulares de todos os órgãos sociais, incluindo a Direcção. Disse também constatar que esta posição, agora assumida formalmente, nunca tinha sido tomada anteriormente. Referiu que, ao contrário do afirmado pela Susana Gaspar, a propósito da Directora Executiva, o cargo extinto não foi o de Directora Administrativa e Financeira. Não é verdade, disse, que o cargo extinto tenha sido este, mas, sim, o de Directora Executiva. Não é verdade, repetiu, porque os documentos desmentem essas afirmações. E, portanto, se o que queriam era extinguir o cargo de Directora Administrativa e Financeira, então era isso que deveria constar dos documentos, de todos os documentos, mas não é isso que deles consta. E, deste modo, temos que assumir que efectivamente houve um erro, erro que, todavia, a Direcção nunca foi capaz de assumir ter praticado. Continuando, disse ser claro que a Direcção não tem toda a responsabilidade, nem talvez a maior responsabilidade, porque, infelizmente, socorreu-se de uma assessoria jurídica que, de forma alguma, teve a qualidade que lhe era exigível, certamente para corresponder à pretensão da Direcção de encontrar a “solução possível”, como já foi chamada, que passava por evitar os problemas decorrentes de um eventual processo disciplinar, etc., etc., etc. A assessoria jurídica assessorou muito mal, erradamente, a Direcção, daí resultando a situação em que nos encontramos, isto é, a situação em que a Direcção se colocou. Esse é, agora, um dado de facto. E a Direcção pode dizer assim: “Nós, de facto, seguimos a orientação de quem julgávamos competente para nos orientar, para nos aconselhar”. E eu aceito isso perfeitamente. Agora o que eu não aceito, no plano intelectual, da minha inteligência, é dizerem-me, continuarem a dizer-me que o que foi extinto foi o cargo de Directora Administrativa e Financeira. Não é verdade! Não é verdade isso! Os documentos desmentem frontalmente esta afirmação.

Defendeu ainda que seria prudente sustar o prosseguimento do processo de recrutamento do novo Director Executivo pelo facto de estar em curso a revisão dos Estatutos nos quais se vai legislar sobre a matéria, e pelo tempo necessário à conclusão do processo das alterações, para evitar o risco de se estar a definir um conteúdo funcional para o cargo que os Estatutos poderão não consagrar ou não validar, e de modo a poderem ser ouvidas entidades competentes para se pronunciarem sobre toda essa questão.

O PMAG leu a proposta do co-Grupo sobre os Direitos das Crianças apresentada pelo Pedro Pedrosa para a inclusão de matéria nova no Relatório de Actividades e, bem assim, a proposta apresentada pelo Vice-PMAG, Angelo Campelo, a propor a suspensão do processo de contratação de nova Directora Executiva.

Tomou a palavra Ana Isabel no uso da qual disse registar e realmente subscrever a opinião do Vice-PMAG a propósito da nova atitude, espectacular, e portanto de aceitação, por parte de Susana Gaspar, de que tem de haver um melhor recebimento das críticas e objecções, e das opiniões por parte dos membros. Agradeceu a Susana Gaspar a disponibilidade manifestada para reunir em privado com aqueles que o pretendam, após a Assembleia, considerando, todavia, lhe parecer não ser esse o melhor caminho, antes resultarem daí muitas dúvidas, porque quem não puder ficar depois da Assembleia, por impedimentos familiares ou de outra ordem, fica sem ser esclarecido. Defendeu que seja feito um comunicado enviado a todos os membros da Amnistia com os esclarecimentos, e informando com toda a transparência o que é que se passou em relação a esta questão. Concluiu dizendo que, depois desse comunicado, com todos os esclarecimentos, devemos pôr uma pedra sobre o caso e seguir para a frente. Quanto à suspensão do processo de recrutamento do Director Executivo, exprimiu a sua concordância, dizendo que, teoricamente, faz sentido, se bem que, não sabia quais as consequências daí resultantes para a vida da A. I. Mas que também percebia, perfeitamente, que não faz muito sentido estarmos a recrutar um novo Director Executivo com uma *“job description”* que, tal como o Vice-PMAG disse, poderá, eventualmente, depois das alterações aos Estatutos, entrar em conflito com estes.

De novo Vitor Nogueira usou da palavra dizendo não estar de acordo com Angelo Campelo em relação à *“job description”*, aderindo às explicações dadas por Susana Gaspar, segundo as quais aquela está conforme aos normativos internacionais, recordando que estes estabelecem uma separação clara entre o que são responsabilidades estratégicas e políticas, que cabem à Direcção, e responsabilidades de gestão, que cabem ao Director Executivo, sendo isto o que interessa para os Estatutos. Que o contrato anterior celebrado com a Teresa Pina já contemplava esta segregação de funções. Acrescentou que a proposta de alterações dos Estatutos emanada da Direcção – que plasmava o entendimento de que lhe cabiam as funções até de recursos humanos – foi uma das causas da reacção da Teresa Pina, porque daí resultava uma desautorização. Portanto, se a Direcção entende que a *“job description”* corresponde aos normativos internacionais, então em matéria de Estatutos tem de modificar a sua própria proposta, porque esta significa uma opção filosófica completamente diferente, que é típica de outras associações, em que a Direcção é que manda em tudo, e o Director é um empregado da Direcção. Manifestou a sua discordância com Susana Gaspar quando e a propósito da confidencialidade sobre a questão dos *“sex workers”*, pois, apesar do sigilo a que estão sujeitos alguns temas, há sempre maneiras de se dizer às pessoas o que se passa: são as questões que se levantam. Algumas dessas questões são matérias políticas passíveis de discussão aqui, e em relação às quais é possível abrir um bocadinho *“a ponta do véu”* para as pessoas perceberem. Porque isto é uma organização democrática. E nós também fazemos política.

Igualmente discordou da afirmação da Susana de que o Relatório é operacional. Então – perguntou – e as questões políticas, estratégicas, os problemas das nossas forças, fraquezas, os desafios, onde ficam? Só no Relatório. Só no Plano, não!... Uma direcção é eleita para responder perante os membros. A Direcção não pode funcionar como um casulo fechado em que nada se sabe, e depois, quando é atacada, clama que está a ser vítima de deslealdade, de não sei o que, etc. A questão que a Susana (a propósito da cessação de funções da Directora Executiva por alegada extinção do posto de trabalho) eu acho uma coisa incrível: disse que o cargo de Director Administrativo foi a *“janela”* encontrada com o apoio dos consultores

jurídicos para resolver o diferendo com a Teresa Pina. Evidentemente que há juristas que fazem os pareceres para quem lhes paga, arranjando sempre maneira de justificar as soluções pretendidas por quem os contrata. Neste caso, esta “janela”, oportunidade, de encontrarmos aqui uma fuga para fazer esta rescisão, eu acho uma coisa um bocadinho abusiva. De facto, a Direcção apanhou uma janela de oportunidades quando a Directora admitiu a possibilidade de sair. Eles decerto bateram palmas!...Acontece que nós somos uma organização que deve ter uma visão dos recursos humanos muito exigente. E não podemos andar aqui no joguinho miudinho de tentarmos “safar-nos”. Acho que isso não é correcto.

Seguidamente os trabalhos foram interrompidos para almoço, de acordo com o horário acordado no início da reunião.

Pelas 15 horas o Presidente da MAG deu reinício à AG ordinária, informando que tinha sido admitida uma delegação de voto de Francisco Eduardo Moreira da Silva Alves em nome da Joana da Silva Melo, que foi aceite pela mesa.

Continuou-se a abordagem do ponto 2 da OT – Apresentação, discussão e votação do Relatório de Atividades e Contas de 2015 e do parecer do Conselho Fiscal de Responsabilização e Controlo.

Mariana Violante interveio referindo que no caso da Directora Executiva entendia que não havia qualquer ilegalidade e tratando-se de uma questão administrativa, só tinha que ser tratada pela Direcção. Achou também que se estava a gastar demasiado tempo com este tema.

Susana Gaspar interveio de seguida, referindo que a interrupção do processo de selecção da nova Directora Executiva traria grande transtorno ao funcionamento da Secção. Salientou ainda que a Direcção não tem que reconhecer erros que não cometeu. Por fim, disse que uma nova DE irá trazer uma melhor qualidade de trabalho. Apelou ainda a uma linguagem mais comedida e lamentou que num só ano algumas pessoas tivessem perdido a confiança uns nos outros.

António Belo pediu esclarecimentos sobre a proposta do Co-Grupo sobre os Direitos das Crianças (carta enviada à AR).

O Presidente da MAG leu de seguida a proposta em que era referida a citada carta do Co-Grupo sobre os Direitos das Crianças, que teria sido enviada pela Direcção, via Directora Executiva.

Susana Gaspar referiu que a Direcção não subscreveu a carta e que esta não deveria ter seguido.

Alexandra Fonseca referiu-se ao contrato de Teresa Pina, que era de Directora Administrativa e Financeira. Referiu-se também à forma como os Estatutos estão a ser revistos, defendendo a forma alargada que está a ser seguida.

Ana Isabel referiu que, em relação ao contrato de trabalho de Teresa Pina, a forma inicial do contrato de Directora Administrativa e Financeira pôde transformar-se em contrato diverso para Directora Executiva.

O Presidente da MAG colocou à votação a proposta do Co-Grupo sobre os Direitos das Crianças, com vista à inclusão desta no Relatório de Actividades. Verificaram-se 13 votos a favor, 18 Abstenções e 9 votos contra. Ficou assim aprovada a inclusão.

De seguida passou-se à votação conjunta do Relatório de Atividades e Contas de 2015 e do parecer do Conselho Fiscal de Responsabilização e Controlo, tal como se encontra expresso no Regulamento da Assembleia Geral. Votaram favoravelmente 32 dos presentes, contra 2 e verificaram-se 2 abstenções.

António Eloy manifestou a intenção de apresentar declaração de voto.

Passou-se de seguida ao 3º ponto da OT – Apresentação e Discussão do Plano de Actividades e do Orçamento para 2016. Previamente interveio o Tesoureiro Internacional, Jacco Smit que abordou a questão do “International Board Presentation” para o ano de 2016. O Presidente da MAG agradeceu esta intervenção.

Susana Gaspar apresentou o Plano de Actividades e do Orçamento para 2016, referindo que este se enquadra nas decisões do último ICM.

Daniel Oliveira fez a explicação das grandes linhas do Plano Operacional.

Fernando Faria de Castro apresentou as linhas gerais do Orçamento para 2016.

Passou-se de seguida à discussão dos documentos apresentados.

Paulo Corte Real, em nome do CF, deu o parecer deste relativamente aos documentos apresentados, recomendando a sua aprovação.

Pelas 16.45 os trabalhos foram interrompidos pelo Presidente da MAG, para intervalo.

Pelas 17.00 foram retomados os trabalhos, tendo o Presidente da MAG solicitado alguns esclarecimentos sobre o “Face to Face” e sobre as estruturas de activismo.

Alexandra Fonseca respondeu à questão colocada sobre a remuneração dos trabalhadores do “F to F” e informou que a remuneração é constituída por uma parte fixa e por um bónus, que é dado conforme os resultados. Em média a remuneração total andarà na ordem dos 400/500€ mensais para um trabalho de 5h/dia.

Ana Isabel referiu-se à questão da “discussão do ódio” e à importância de este tema ser incluído no Plano Estratégico.

Pedro Pedrosa referiu ser prioritário incluir o tema dos Direitos das Crianças. Apresentou à mesa uma proposta para inclusão no Plano Operacional de uma Conferência Internacional.

Victor Nogueira teceu elogios ao Plano apresentado. Não concordou com a intervenção/proposta apresentada pelo Pedro Pedrosa, não considerando a questão dos Direitos das Crianças uma prioridade.

António Eloy referiu-se ao Plano, considerando-o bem elaborado. No entanto, gostaria que fosse mais aprofundado, por exemplo, no caso dos refugiados, uma vez que não refere as suas causas. Alertou também para a necessidade da AI se pronunciar sobre o tema da morte assistida.

Daniel Oliveira referiu as questões relacionadas com a fidelização, no que respeita ao trabalho que está a ser feito, nomeadamente: a actualização de dados, estabelecer contacto com antigos membros, etc.

Susana Gaspar agradeceu a sugestão dada sobre o “discurso do ódio” e afirmou que os Direitos das Crianças são uma questão transversal.

Posto à votação o Plano de Actividades e do Orçamento para 2016, foi este aprovado com 39 votos a favor e 1 abstenção.

Passou-se de imediato ao Ponto 4 da O.T. – Apresentação de Outras propostas, sua discussão e votação.

Angelo Campelo apresentou uma proposta, mas, dada a intervenção de Ana Isabel e esperando que esta apresentasse uma outra mais elaborada, acabou por retirar a sua.

Manuel Cunha referiu-se a uma acta da Direcção, de 28/2, em que fala da sua demissão. Referiu problemas na direcção, muitos deles provocados por situações deixadas por Teresa Pina. Leu um texto, que posteriormente entregou à MAG e que se anexa a esta acta (Anexo 2).

Susana Gaspar, respondeu a Manuel Cunha, contrariando a sua intervenção, tendo lido a ata da reunião de Direção de 28/2, para sustentar a sua posição.

O Presidente da MAG colocou à votação a proposta anunciada de Pedro Pedrosa de inclusão numa Conferência Internacional sobre os Direitos das Crianças no Plano Operacional (anexo 3). Tendo-se verificado um empate na votação, 7 votos a favor, 7 votos contra e 20 abstenções, o Presidente da MAG exerceu o seu direito de voto, fazendo-o favoravelmente e, assim, a proposta foi aprovada.

Foi de seguida apresentada uma proposta de Ana Isabel pedindo que a documentação relativa à saída de Teresa Pina fosse divulgada pelos membros da A.I.(anexo 4).

Victor Nogueira defendeu que era desnecessário uma divulgação por tão alargado número de pessoas.

Brigite Gonçalves referiu que será preferível “invadir” todos os membros com documentação, a haver pessoas interessadas a aceder à mesma e não terem acesso. Acha que é uma questão de bom senso que a documentação seja fornecida a quem a solicitar.

Manuel Cunha referiu-se ao excessivo poder do Diretor Executivo, que, sozinho, pode decidir quase tudo.

Posta à votação a proposta apresentada por Ana Isabel, foi recusada com 28 votos contra, 5 votos a favor e 3 abstenções.

Foi de seguida lida uma proposta apresentada por Francisco Cardoso, propondo um voto de confiança à actual Direcção (Anexo 5). A proposta foi aprovada com 30 votos favoráveis e 6 abstenções.

Daniel Oliveira apresentou e referiu-se à proposta de criação de um FAE (Fundo de Apoio às Estruturas), constante da documentação de suporte à ordem de trabalhos.

O presidente da MAG colocou a questão de que no Regulamento do FAE não está assegurado o mecanismo de recurso, referindo ainda que o Director Executivo tem poder para decidir sozinho a gestão de valores até 100€, sem que os estatutos lhe concedam tais competências.

O Presidente questionou a Direcção sobre se aceitava as alterações por ele propostas, nomeadamente a inclusão do mecanismo de recurso existente no articulado de actual Fundo de Apoio às Atividades dos Grupos, assim como prever que a competência da Direcção para a gestão financeira pode ser delegada, em ata da Direcção, para autorização de despesas. A Direcção aceitou as alterações sugeridas pelo Presidente, tendo-se passado à votação, sendo esta proposta aprovada por unanimidade com 35 votos favoráveis.

Passou-se ao Ponto 5 da OT, tendo sido aprovada a proposta que escolhia a data de 3 de Dezembro e o local de Lisboa para a realização da próxima AGO. Esta proposta foi aprovada com 35 votos favoráveis, 1 voto contra e 1 abstenção.

Pelas 18.45 o Presidente da MAG deu como terminada a reunião